



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Daniel Fernando Pereira Santos

**Transfobia: o contributo dos mecanismos defensivos e da intolerância à incerteza
cognitiva**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Universidade Lusófona do Porto

Trabalho realizado sob a orientação de

Professora Doutora Joana Cabral

fevereiro 2023



Daniel Fernando Pereira Santos

**Transfobia: o contributo dos mecanismos defensivos
e da intolerância à incerteza cognitiva**

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do Porto

Para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto

No dia 06/02/2023, perante o júri seguinte:

Presidente: Professora Doutora Olga Cecília Soares da Cunha

Arguente: Professora Doutora Ana Rita Farias

Orientadora: Professora Doutora Maria Barreto Ramos de Almeida Cabral

fevereiro 2023

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Transfobia: o contributo dos mecanismos defensivos e da intolerância à incerteza cognitiva

Resumo

O presente estudo tem como objetivo contribuir para a compreensão dos sistemas de crenças subjacentes à transfobia, adoptando como dimensão cognitiva central a intolerância à incerteza cognitiva, e incluindo ainda os mecanismos de defesa, as crenças de binarismo essencialismo e as atitudes de dominância social como processos intervenientes e que podem amplificar o pensamento transfóbico. **Método:** A amostra inclui 89 pessoas, com idades entre os 18 e 63 anos de idade ($M = 29.2$; $SD = 11.8$), das quais 55 (61.8%) se identificam com o género feminino, 30.3% ($n = 27$) com o masculino, 7.8% como não-binárias ($n = 7$). Como instrumentos foram utilizados a escala curta de “*Need for Closure*” (NFC:SV); a versão portuguesa do Response Evaluation Measure-71 (REM-71); a Escala de Genderismo e Transfobia (GTS:SV), o *gender theory questionnaire*, o *beliefs about gender scale* e a escala de orientação da dominância social. **Resultados:** Níveis mais elevados de IIC estão positivamente correlacionados com crenças essencialistas e binaristas e níveis mais elevados de IIC, mecanismos de defesa, binarismo, essencialismo e dominância social estão associados a maior transfobia. Verificou-se ainda que a associação entre a IIC e a transfobia é mediada pelos mecanismos de defesa e pela dominância social. Por sua vez, a associação entre a IIC e o essencialismo e o binarismo é de moderada pela racionalização e clivagem, respetivamente. Por fim, a associação pela IIC e a transfobia é mediada pela clivagem e binarismo. **Conclusão:** No que concerne futuras intervenções salienta-se a importância de intervenções focadas na exposição das pessoas a ambientes diferentes e a educação precoce destas matérias como forma de reduzir o preconceito.

Palavras-Chave: transfobia, *need for closure*, mecanismos de defesa, binarismo, essencialismo, dominância social

Transphobia: the contribution of defense mechanisms and need for closure

Abstract

The present study aims to contribute to the understanding of the belief systems underlying transphobia, adopting intolerance to cognitive uncertainty as a central cognitive dimension, and including defense mechanisms, binary and essentialist views of gender and attitudes of social dominance as processes that can amplify transphobic thinking. **Method:** This sample involves 89 people, with ages between 18 and 63 years of age ($M = 29.2$; $SD = 11.8$), in which 55 (61.8%) identified as female, 30.3% ($n = 27$) as male and 7.8% as non-binary ($n = 7$). As instruments it was used the short scale of “Need for Closure” scale (NFC:SV); The Portuguese version of the Response Evaluation Measure-71 (REM-71); the Genderism and Transphobia Scale (GTS:SV), gender theory questionnaire, beliefs about gender scale and the scale of orientation and social dominance. **Results:** Higher levels of need for closure are positively related with essentialist and binary views of gender. Higher levels of need for closure, defense mechanisms, binary and essentialist views of gender and social dominance are also associated with higher levels of transphobia. It was also found that the association between need for closure and transphobia is mediated by defense mechanisms and social dominance. In turn, the association between need for closure and essentialism and binarism is moderated by rationalization and splitting, respectively. Finally, the association between need for closure and transphobia is mediated by cleavage and binarism. **Conclusion:** With regard to future interventions, the importance of interventions focused on exposing people to different environments and early education of these subjects as a way of reducing prejudice is highlighted.

Keywords: transphobia, need for closure, defense mechanisms, binarism, essentialism, social dominance

Índice

Transfobia: o contributo dos mecanismos defensivos e da intolerância à incerteza cognitiva.....	1
Método	9
Participantes.....	9
Medidas.....	9
Procedimentos.....	12
Resultados.....	13
Análise de dados	13
Análises de correlação	14
Análises de Moderação e Mediação	14
Discussão.....	18
Referências	22

Índice de Tabelas e Figuras

Tabela 1. Médias e Desvios-Padrão das variáveis.....	13
Figura 1. Representação gráfica de H3.....	15
Gráfico 1. Representação gráfica das interações entre a racionalização, essencialismo e IIC	15
Figura 2. Representação gráfica de H4.....	16
Gráfico 2. Representação gráfica das interações entre binarismo, clivagem e IIC	16
Figura 3. Representação gráfica de H5 com mediadores: racionalização e essencialismo	17
Figura 4. Representação gráfica de H5 com mediadores: clivagem e binarismo.....	18

Transfobia: o contributo dos mecanismos defensivos e da intolerância à incerteza cognitiva

A transfobia pode ser descrita como um desconforto ou comportamento hostil face a pessoas transgénero (ou trans) e/ou a comportamentos que não se conformam com a ideologia sociocultural de género dominante (Phadke & Mitra, 2020). Por estarem sujeitas a normas socioculturais hegemónicas, pessoas trans ou não-binárias enfrentam frequentemente situações de assédio e discurso de ódio, incluindo insultos, ameaças de morte e de violência física e sexual (Walters et. al 2020; Hubbard, 2020). De acordo com a Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA), as pessoas trans reportam que não se sentem aceites pela sociedade que as rodeia. Esta população parece ser, de todos os subgrupos da comunidade LGBTQIA+, a que mais frequentemente é alvo de discriminação, particularmente nas áreas de emprego e saúde. Mais especificamente, 29% das pessoas trans com emprego ou à procura de emprego reportaram incidentes de assédio e discriminação no ambiente de trabalho, nos 12 meses anteriores ao inquérito, o que correspondente ao dobro do resto da comunidade LGBTQIA+. Ademais, 35% de todos os participantes trans já tinham sido previamente atacados ou ameaçados violentamente em casa ou noutro ambiente (FRA, 2013). Quanto ao território nacional, de acordo com o relatório anual da discriminação contra pessoas LGBTQIA+ da ILGA (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo) o tipo mais frequente de discriminação é “insulto ou ameaça”, com cerca de metade dos registos (46.6%), sendo que destes 62.2% foram através de insultos verbalizados presencialmente. Quanto aos motivos das discriminações, a maioria diz respeito a homofobia (65.2%), 10.1% a transfobia e 19.6% a ambas (ILGA, 2020). Para além disso, pessoas trans são ainda vítimas de várias formas de discriminação, desde ameaças físicas ou assédio a microagressões como: (i) uso de pronomes errados; (ii) manifestação de desconforto ou desaprovação da experiência trans; (iii) confronto com o valorização e validação de comportamentos normativos de género e da cultura ou comportamentos binários; (iv) negação da existência de transfobia; (v) assunção de patologias sexuais; (vi) negação do direito à privacidade corporal, entre outras (Nadal, Skolnik & Wong, 2012, cit. por Whitman & Boyd, 2020). Como tal, isto resulta num grande impacto negativo para as vítimas, sendo que de acordo com os resultados publicados pela ILGA (2019), a maioria das pessoas relata impacto psicológico negativo (67.7%), tendo sido referidas como bastante afetadas em 42,65% das vezes. Para além

disso, 55.1% refere um impacto social negativo, e cerca de um terço (30.9%) referiu também a existência de um impacto físico (ILGA, 2020).

A transfobia apresenta também uma série de facetas que a caracterizam. Dentro destas identificam-se o (i) o *genderismo*, enquanto componente cognitiva e (ii) o *genderbashing*, referente à componente comportamental (Bandini & Maggi, 2014; Hill & Willoughby, 2005). O *genderismo* corresponde então à crença de que o género funciona exclusivamente na dicotomia mulher-homem e feminino-masculino, negando a existência de qualquer outra identidade de género (Farmer & Byrd, 2015). Implicando um racional simultaneamente binarista e essencialista. Já o *genderbashing* refere-se aos comportamentos de assédio ou violência face a pessoas que não se conformam às normas e papéis sociais tradicionais do género (Anzani et al., 2018; Bandini & Maggi, 2014). Para além disso, a transfobia apresenta também uma série de construtos que a literatura aponta como fortemente correlacionados com a mesma. Dentro destas verifica-se o essencialismo (atribuição de propriedades intrínsecas e inatas ao género) e o binarismo (classificação do género e sexo como estritamente masculino ou feminino). De certa forma, este tipo de pensamento essencialista e binarista assemelha-se imenso às concepções mais antigas de género e sexo, onde estes indivíduos acreditam que estes construtos não se separam e funcionam como um só. No entanto, como construto, o conceito de género evoluiu bastante, tendo começado a ser mais utilizado de forma distinta ao sexo quando Rhoda Unger (1979) propôs que este diria respeito a características biológicas (e.g., cromossomas, genes e hormonas), enquanto que género se referia ao “rótulo social” utilizado para descrever as componentes não fisiológicas do sexo (Unger, 1979). As representações binárias do género, limitado à díade homem-mulher e diluídas num conceito essencialista do sexo biológico, são hoje amplamente debatidas como redutoras, dando lugar a um conceito mais inclusivo, que situa o género num espectro e capaz de mudança (Austin & Goodman, 2017). O entendimento científico sobre o género entende que este inclui aspetos identitários que são histórica e socialmente contruídos como masculinos ou femininos, baseando-se em estereótipos e normas culturais (Morselli et. al, 2016). Logo, este não é necessariamente experienciado como um reflexo ou uma continuidade das categorias do sexo biológico (Lips, 2020). Adicionalmente, várias pessoas organizam as suas identidades de género, além da feminilidade e/ou masculinidade, mas antes num espectro entre estes, ou completamente fora deste. Motivo pelo qual o conceito cisgénero, aplicável a pessoas cuja identidade/identificação de género corresponde ao sexo/género binário que lhe foi

atribuído à nascença, surgiu como forma de “descentralizar o grupo dominante, expondo-o apenas como uma alternativa e não como a norma através da qual as pessoas trans são definidas” (Teixeira & Carneiro, 2018, p. 130). Deste modo, os termos não binário e transgênero (ou trans), têm sido utilizados atualmente como *guarda-chuvas*, aplicados a qualquer pessoa cuja identidade ou expressão de gênero difira das definições culturais binárias de sexo e gênero e/ou não se identifica com o sexo/gênero que lhe foi conferido à nascença (Lindqvist et al., 2021). A abrangência destes termos permitem a inclusão de um maior número de pessoas cujas identidades são não-binárias e incluindo ainda as identidades trans que se enquadram dentro do binário (homem/mulher trans) (Schechter, 2020; Teixeira, Grave & Aires, 2021). É importante também fazer uma distinção entre a identidade de gênero e a expressão de gênero. Enquanto que a identidade de gênero diz respeito a um conceito que designa o sentimento interno de uma pessoa sobre o seu próprio gênero, uma vez que é experienciado na autoconsciência como estar conforme/fora de um continuum de gênero, a expressão de gênero é definida como comportamentos associados a uma expressão exterior de formas culturalmente definidas de comunicar masculinidade e/ou feminidade, ou a rejeição desses estereótipos (Levitt & Ippolito, 2014; Matsuno & Budge, 2017). Estas facetas da identidade podem ser independentes, ou seja, alguém que se identifique como, por exemplo, homem cisgênero pode simultaneamente expressar o seu gênero de forma tipicamente considerada feminina (Diamond, 2020).

Existem algumas propostas teóricas que procuram compreender o preconceito e discriminação direcionado a pessoas trans. Rad et. al (2019), propõem que as atitudes negativas contra pessoas trans são *produto* de uma visão essencialista e binária de gênero. Face a uma representação do gênero como binário, imutável e estabelecido à nascença, identidades LGBTQIA+ que se apresentam como alternativa pode confrontar o sentido de *self*, resultando em comportamentos/sentimentos transfóbicos (Rad et. al, 2019). Vários estudos já observaram que o binarismo e o essencialismo, associados aos papéis de gênero tradicionais, estão altamente correlacionados à transfobia e genderismo (Aguirre-Sánchez-Beato, 2020). Um estudo recente por Morgenroth et al. (2021) sobre os mecanismos psicológicos interligados à resistência face à *evolução* do conceito de gênero para além da organização binária homem/mulher concluiu que o essencialismo de gênero e percepções binárias funcionam como preditores da transfobia e que estas ideologias resultam em preconceito não apenas em relação a pessoas trans como também a qualquer outra cuja identidade está fora das representações binárias de gênero. Para além disso, os autores

foram capazes de demonstrar uma associação entre a intolerância à incerteza cognitiva (IIC; no original “need for closure”), o essencialismo de gênero e o preconceito contra pessoas trans e não-binárias (Morgenroth et al., 2021). Outro estudo realizado por Tebbe & Moradi (2012) com uma amostra dos Estados Unidos verificou que a transfobia, o essencialismo e o binarismo estão associados à atitudes de dominância social e à IIC (Tebbe & Moradi, 2012).

A literatura aponta que a IIC se encontra associada a várias formas de discriminação, podendo impactar as atitudes dos indivíduos para com outros grupos sociais e identitários dos quais se distinguem por critérios étnico-raciais, sexuais, identidade de gênero ou culturais. O construto foi inicialmente proposto em 1989 por Kruglanski e futuramente desenvolvido juntamente com Webster em 1996 e descreve um conjunto de características do pensamento ou cognitivas implicadas na forma de observar, processar e construir apreciações sobre o mundo que rodeia. Este modelo considera o modo em que cada pessoa difere no seu desejo por respostas diretas e concretas, em oposição a respostas mais ambíguas e flexíveis, tal como resistência à mudança de pensamento, sendo que estudos longitudinais demonstram que esta se demonstra relativamente estável ao longo da vida (Kopetz & Fishbach, 2017; Makwana et al., 2017; Roets & van Hiel, 2011). Alguns estudos demonstram que certas pessoas têm uma maior predisposição para derrogar outras que se *desviam* das categorias sociais dominantes devido ao desejo de manter um sentido de *ordem* e *estabilidade* (Roets & van Hiel, 2011; Stern et al., 2015) e que a abertura à experiência e cognitiva está relacionada com menores níveis de discriminação (Ekehammar & Akrami, 2003). Pessoas com níveis superiores de IIC revelam um pensamento menos flexível, preferem manter crenças fixas e definidas sobre o mundo, são resistentes à incorporação de crenças que vão contra as suas crenças pré-definidas (Garellick et al., 2017). Segundo, Roets e Van Hiel (2011) IIC funciona então como preditor de várias formas de preconceito, nomeadamente, de crenças essencialistas, permitindo assim às pessoas manter a sua realidade percebida estável.

As pessoas trans frequentemente (mas não obrigatoriamente) passam por um período de transição na sua identidade de gênero onde adotam as características que sentem que se relacionam mais com a sua identidade. A transição de gênero pode envolver algumas facetas, desde: a) transição social, em que a pessoa passa a apresentar-se socialmente (ex.: roupa, corte de cabelo, entre outros) com o sexo/gênero com o qual se

identifica parcial ou totalmente, alterando também o nome, documentos legais e/ou pronomes, b) à transição focada nas características físicas (Levitt & Ippolito, 2014; Schechter, 2020; Teixeira, Grave & Aires, 2021) e, como tal, isto apresentar-se-á como desafio para pessoas com altos níveis de IIC. Os estudos que têm explorado as associações entre a IIC e a transfobia foram capazes de demonstrar que altos níveis de IIC funcionavam como preditores de preconceito contra indivíduos trans (Makwana et al., 2017) e de atitudes transfóbicas (Platt & Szoka, 2021). No entanto, num estudo realizado por Whyman (2019), a IIC mostrou-se apenas marginalmente preditora do genderismo e da transfobia, sendo que a autora aponta que estes resultados poderiam até ser considerados estatisticamente insignificantes devido ao tamanho reduzido da amostra.

Como mencionado anteriormente, outro potencial preditor da transfobia é a dominância social. Esta é definida como o desejo pessoal em assumir uma posição de dominância, para si e para o grupo de pertença, e de superioridade sob outras pessoas ou grupos que se entendem como inferiores. Pessoas com elevada dominância social apoiam a existência de uma hierarquia social baseada em diferenças de poder e de estatuto entre grupos e que o grupo no qual se situam é superior. Como tal, a dominância social funciona como um preditor da discriminação em geral (Sidanius et al., 2004). Estudos longitudinais apontam que a dominância social prediz prospectivamente a discriminação (Kteily et al., 2011; Osborne et al., 2021). Num estudo realizado por Ching et al. (2020) com amostra chinesa é encontrada uma correlação entre a dominância social e atitudes transfóbicas. Os mesmos autores apontam que perceções essencialistas do género são preditas pela dominância social, funcionando o essencialismo como mediador entre a dominância social e a transfobia e como forma de legitimar e racionalizar a transfobia (Ching et al., 2020). Tendo em conta que a literatura aponta para a IIC e para a DS como possíveis preditores de atitudes preconceituosas, mostra-se ainda pertinente explorar em que medida a IIC pode também estar associada à dominância social.

Embora pouco explorados na literatura sobre a transfobia e discriminação, os mecanismos de defesa, pela função de proteção do aparelho psíquico, que opera distorções na forma de entender a experiência e a realidade, podem ser relevantes para compreender a relação entre IIC, dominância social, essencialismo/binarismo e transfobia. Os mecanismos de defesa atuam de modo a preservar a coesão do *self* e proteger a sua visão do mundo face a conteúdos interna ou externamente gerados e que são percebidos como ameaçadores. Os

mecanismos de defesa permitem então reduzir sentimentos de conflito e dissonância cognitiva que, de outra forma, desencadeariam ansiedade, depressão, ou comportamentos impulsivos. Funcionam permitindo uma barreira ou *filtro* que permite ao indivíduo ajustar-se a mudanças sentidas como abruptas na sua realidade percebida (Gaspar, 2010; Magaldi & Berler, 2020). Apesar de adaptativos estes podem também trazer consequências negativas quando utilizados de forma rígida, resultando numa limitação da experiência subjetiva e da capacidade de integrar a mudança e novidade.

A literatura sobre a associação entre mecanismos de defesa e preconceito e discriminação é escassa, principalmente no que diz respeito à transfobia. No entanto, os estudos de Ciocca et al. (2015) e Anzani et al. (2018) revelam, respectivamente, que a homofobia está associada a mecanismos de defesa imaturos na homofobia e que os mecanismos de defesa maduros predizem níveis inferiores de atitudes transfóbicas. Prunas et al. (2017) concluíram que o baixo recurso a mecanismos de defesa maduros funcionavam também como preditores de atitudes transfóbicas, juntamente com a orientação política de direita e crenças religiosas. No entanto, ambos estes estudos apresentam a mesma limitação geral. Não aprofundam quais os mecanismos defensivos em específico que resultam na ativação de pensamentos transfóbicos, sendo que isto torna-se então a dimensão mais inovadora deste estudo.

Entre os vários mecanismos de defesa a clivagem, a racionalização, a projeção, a passagem ao ato, o controle onipotente e a negação (Luyten et al., 2015) serão aqueles que se antecipam como potencialmente mais associados à transfobia. Estas associações são antecipadas com base em alguma da evidência empírica disponível, mas também com base em continuidades teóricas entre os conceitos e que em seguida se apresentam. A clivagem, a racionalização e negação poderão encontrar-se interligados a estes fenómenos da transfobia e da IIC, em particular com o essencialismo e binarismo que, tal como mencionado anteriormente, são fatores que a literatura já identificou como correlacionados com a transfobia. A clivagem tem, desde logo, alguma continuidade teórica com o conceito de IIC, no sentido em que, tanto na clivagem, como na IIC, existe uma dificuldade em lidar com a ambivalência. A clivagem é um mecanismo caracterizado por um pensamento dicotómico aplicado a um objeto, uma circunstância ou alguém, vendo-o como exclusivamente bom ou exclusivamente mau, que não permite aceitar que numa mesma pessoa ou objeto podem coexistir características positivas e negativas. Um pensamento

clivado é incapaz de tolerar a ambivalência e de reconhecer a existência simultânea de várias características (Magaldi & Berler, 2020), como implica um entendimento não-binário do gênero. Motivo pelo qual se antecipa teoricamente uma associação entre clivagem e binarismo e, por consequência, a transfobia.

A negação é um mecanismo de defesa que envolve a recusa em acreditar na sua realidade ou nas suas consequências. Num sentido mais lato, a negação pode incluir a construção de fantasias para substituir, minimizar ou negar o stressor, ou maximizar fatores que possam ir contra esse mesmo stressor (Magaldi & Berler, 2020). Este mecanismo de defesa pode ser evocado como consequência de uma rigidez cognitiva relativa ao conceito de gênero e IIC. Face à incapacidade de tolerar a ambiguidade e percepções diferentes do mundo, a pessoa pode então negá-las.

Num estudo realizado por Makwana et al. (2017) reúne-se evidência da associação entre a IIC, representações de gênero tradicionais e a transfobia, sendo que esta relação se mostra ser parcialmente explicada pelo maior apoio a valores conservadores e atitudes de autoritarismo e de dominância social (Makwana et al., 2017). Pode estabelecer-se uma *ponte* teórica entre estes a dominância social e o controlo onipotente. Este mecanismo de defesa é caracterizado por excesso de assertividade, por vezes expressos em atitudes autoritárias, que permitem ao indivíduo sentir-se mais capaz de controlar os acontecimentos que o rodeiam (Di Giuseppe et al., 2019; Luyten et al., 2015).

A projeção é um mecanismo defensivo caracterizado pela atribuição a outros de características individuais indesejadas (Luyten et al., 2015). Willoughby et al. (2010) antecipam que a projeção como mecanismo que protege o *self*, externalizando um aspeto do si que este não aceita, nomeadamente uma construção do gênero não binária e tradicional poderá ser útil para predizer a transfobia.

Quanto à passagem ao ato diz respeito uma predisposição para agir impulsos de forma não mentalizada ou cognitivamente mediada, sendo frequentemente usada como um sinónimo para a impulsividade (Magaldi & Berler, 2020). Este mecanismo pode ser paralelo com a faceta da hostilidade encontrada na transfobia.

Empiricamente, a relação entre IIC e o preconceito já se encontra extensivamente verificada (Makwana et al., 2017; Roets & van Hiel, 2011; Tebbe & Moradi, 2012). O

mesmo aplicando-se às associações entre IIC e transfobia e transfobia e essencialismo e binarismo. Há também, embora escassa, alguma evidência entre mecanismos de defesa e transfobia e que permite antecipar que o confronto com a ambiguidade de gênero (binarismo e essencialismo de gênero) e a resistência à mudança de crenças sobre gênero como algo estritamente binário pode resultar na ativação deste mecanismo de defesa. Há no entanto, que salientar que, da pesquisa realizada, não foram encontrados estudos que isolassem mecanismos de defesa específicos para a explicação da transfobia. Assim, este estudo salienta-se dos restantes mencionados na revisão da literatura através da inclusão destes mesmos mecanismos defensivos específicos. Estes foram então escolhidos após uma análise de todos os mecanismos de defesa existentes e desenhando-se paralelos conforme construtos atuais relativos à discriminação e transfobia, de modo a observar a sua interação. Reconhecendo esta limitação da literatura e evidência científica sobre o tema, o presente estudo tem como objetivo geral contribuir para a compreensão dos racionais adjacentes à transfobia. Assim, como objetivos mais específicos exploram-se as associações entre a IIC, como racional cognitivo subjacente, e os mecanismos de defesa, binarismo, essencialismo e dominância social como processos intervenientes e que podem predizer ou amplificar o pensamento transfóbico.

Considerando a literatura existente, consideram-se as seguintes hipóteses de investigação:

H1: Espera-se que níveis superiores de IIC estejam associados a níveis superiores de clivagem, racionalização, essencialismo, binarismo.

H2: Espera-se que níveis superiores de IIC, essencialismo, binarismo, dominância social e mecanismos de defesa estejam associados a níveis superiores de transfobia.

H3: Espera-se que a associação entre IIC e transfobia seja mediada pelos mecanismos de defesa e dominância social.

H4: Espera-se que a associação entre a IIC e essencialismo e binarismo seja moderada pela clivagem e racionalização.

H5: Espera-se que a relação entre IIC e transfobia seja mediada pela clivagem e binarismo, racionalização e essencialismo.

Método

Participantes

A amostra foi constituída por 89 participantes com idades compreendidas entre os 18 e 63 anos de idade ($M = 29.2$; $SD = 11.8$). A maioria destes participantes identifica-se com o sexo feminino (61.8%, $n = 55$), enquanto 30.3% ($n = 27$) relatam ser do sexo masculino e 7.8% como não-binário ($n = 7$). No que diz respeito ao género, 57.3% ($n = 51$) identifica-se como feminino, 27% ($n = 24$) como masculino, 7.9% ($n = 7$) como não-binário e 6.7% ($n = 6$) como queer. De modo geral, a maioria (89.9%) desta amostra identifica-se com o género que lhe foi atribuído à nascença ($n = 80$), 6.7% não se identifica ($n = 6$) e as restantes preferiram não responder. Relativamente à sua orientação sexual 53.9% da amostra faz parte da comunidade LGBTQIA+ ($n = 48$) e 46.1% ($n = 41$) identifica-se como heterossexual. Mais especificamente, 20.2% identifica-se como *gay* ($n = 18$), 11.2% como bissexual ($n = 10$), 11.2% como fluída e 7.9% como lésbica ($n = 7$). A vasta maioria (94.4%) desta amostra relaciona-se com pessoas LGBTQI+ no seu quotidiano ($n = 84$), sendo que apenas 5.6% não se relaciona com nenhuma ($n = 5$). Das pessoas que se relacionam com pessoas LGBTQI+ 54.9% ($n = 48$) relata que convive regularmente com estas pessoas devido a circunstâncias escolares/trabalho, e 22.5% considera que são amigos próximos ($n = 20$) e 12,4% ($n = 11$) relata que apenas as conhecem superficialmente.

Medidas

A versão curta da escala “*Need for Closure*” (IIC:SV; Roets & van Hiel, 2011) é composta por 15 itens, incluindo duas dimensões de *need for closure*: (i) aversão à ambiguidade (e.g. “Não gosto quando alguém afirma algo que pode ter vários significados.”), (ii) preferência pela ordem e estrutura e rapidez na tomada de decisões e formação de impressões, às quais se vinculam fortemente (e.g., “1. Eu não gosto de situações incertas.”). De momento esta escala não se encontra adaptada à população portuguesa, sendo que foi necessário traduzir a mesma, como base na adaptação de Reis & Pilati (2021) para a população brasileira. A escala de resposta varia entre 1 – “discordo completamente” e 6 – “concordo completamente”. Os resultados são obtidos através de um somatório. Valores até 30 significam baixa IIC e resultados entre 75-90 uma IIC elevada (Roets & van Hiel, 2011). Para garantir a consistência com as restantes medidas aplicou-se uma escala de resposta de 1 a 7. Deste modo, níveis baixos de IIC passariam a dizer

respeito a valores inferiores e 35 e elevados superiores a 90-105. A escala demonstrou uma elevada consistência interna ($\alpha = .86$).

Versão Portuguesa do *Response Evaluation Measure-71 (REM-71)* (Steiner et al. 2001; Gaspar, 2010). Este questionário é constituído por 71 itens numa escala de 1 (“discordo fortemente”) a 9 (“concordo fortemente”) e permite a avaliação de 21 mecanismos de defesa. Para a realização deste estudo escolheu-se analisar apenas os itens que dizem respeito aos mecanismos de defesa: clivagem (e.g., 18. “Na minha opinião as pessoas ou são boas ou são más), projeção (e.g. 16. Sinto que alguém me anda a tramar”), passagem ao ato (e.g. “7. Muitas vezes, faço as coisas sem pensar primeiro”), controlo onipotente (e.g. 4. Muitas pessoas que conheço não sabem apreciar as minhas capacidades), negação (e.g. 11. Quando as coisas ficam mesmo tensas, penso para mim mesmo(a) que não é nada de grave) e racionalização (e.g. 13. Uso a razão e a lógica em vez das emoções para compreender as pessoas). Sendo que as dimensões desta escala são constituídas por poucos itens optou-se pela média das correlações inter-item como estatística de consistência interna em alternativa ao Alfa de *Cronbach*. Valores superiores a .2 indicam uma consistência interna aceitável. A consistência interna da escala no presente estudo foi de .80 e a das respetivas subescalas foi de .28, na clivagem, .43 no controlo onipotente, .51 na projeção, .48 na passagem ao ato, .22 na racionalização e .18 na negação. Perante esta informação optou-se pela remoção dos itens correspondentes à negação.

Genderism and Transphobia Scale (GTS:SV; Hill & Willoughby, 2005). Devido à falta de escalas adaptadas à população portuguesa que meçam estes constructos, foi necessário recorrer à tradução desta medida. Para este efeito, foi então utilizada a tradução disponibilizada por Carrera-Fernández et al. (2020). O GTS:SV apresenta 12 itens numa escala tipo *Likert* entre 1-7 onde 1 diz respeito a “concordo totalmente” e 7 a “discordo totalmente”. Este instrumento mede o sistema de atitudes e crenças e (genderismo e transfobia – fator 1), assim como os seus comportamentos (*genderbashing* – fator 2) contra pessoas trans, ou qualquer pessoa percebida como tal. Os/as participantes deverão assinalar como se sentem relativamente às suas atitudes para com indivíduos *trans* e não cujo género é não-conforme (e.g. 12. “É imoral que uma mulher se apresente em público como um homem.”). Os resultados são obtidos através do cálculo das médias onde resultados mais elevados significam maiores níveis de transfobia e genderismo (Carrera-

Fernández et al., 2020). A consistência da escala global apresentou valores de $\alpha = .80$. A escala da transfobia esta obteve valores de consistência interna de $\alpha = .86$, enquanto a dimensão genderismo obteve valores de $\alpha = .67$. Deste modo, para o genderismo optou-se por observar a média de correlações inter-item, sendo que obteve valores significativos de .41.

Gender Theory Questionnaire (Coleman & Hong, 2008). Com esta medida procura-se medir o essencialismo relacionado ao género e, tal como a medida anterior, foi necessário traduzi-la devido à falta de adaptação da mesma para o contexto português. Os participantes terão de responder aos 11 itens que constituem esta escala, cotada de 1 a 7, onde 1 diz respeito a “discordo totalmente” e 7 a “concordo totalmente”. Estes itens encontram-se divididos em duas subescalas, visão biológica ($\alpha = 0.73$) e social do género (e.g., 5. “As características dos géneros são totalmente construídas por motivos económicos, políticos e sociais”) ($\alpha = 0.81$). De modo a obter os resultados é necessário recorrer ao cálculo das médias dos itens. Como tal, pessoas com maiores níveis de visão biológica do género e menores de visão social apresentam perspetivas mais essencialistas sobre o género (Coleman & Hong, 2008).

Beliefs about gender scale (Tee & Hegarty (2006) procurara-se medir as crenças binaristas sobre o género como algo estritamente binário e biológico, ou seja, a ideia de que o género é derivado de fatores físicos (e.g. genitais) e que existem apenas duas identidades de género legítimas (masculino e feminino). Esta escala é composta por 10 itens, numa escala tipo Likert cotada de 1 (“discordo totalmente”) a 7 (“concordo totalmente”) e também foi necessária a sua tradução (e.g., 1. “Só existem dois géneros, o masculino e o feminino.”). Optou-se pela remoção de dois itens (6. “É apenas uma norma social atribuir um género aos bebés, em função das suas características corporais.” e 10. “Ter uma vagina, mesmo uma que esta seja o produto de uma cirurgia, permite a uma pessoa identificar-se como mulher.”) cuja presença comprometia a consistência interna ($\alpha = .65$) de modo a aumentar a consistência interna, obtendo-se então valores de $\alpha = .86$.

Por fim, foi utilizada a **Escala de Orientação da Dominância Social** (Pratto et al., 1994), traduzida e adaptada para a população portuguesa por Giger et al. (2015). Esta escala é composta por 16 itens, cotada de 1 a 7, onde 1 aponta “extremamente negativo” e 7 “extremamente positivo” (e.g. Alguns grupos de pessoas, simplesmente, são inferiores a outros grupos.). Nesta escala, oito itens são referentes à igualdade ($\alpha = .83$) e os restantes

oito itens à dominância ($\alpha = .74$), sendo que globalmente apresentou valores de $\alpha = .85$. A pontuação é obtida após a soma de todos os itens e, quanto maior a pontuação, mais elevado o nível de orientação para a dominância social (Giger et al., 2015).

Procedimentos

De modo a dar início a esta investigação teve-se em consideração o código ético e deontológico e, para tal, foi então necessário contactar todos os autores das escalas utilizadas, garantindo a autorização para a sua utilização. Para a recolha de dados dos participantes foi desenvolvido um inquérito *online* através da plataforma digital *Qualtrics*. Este inquérito esteve disponível para ser preenchimento entre maio e outubro de 2022. Neste inquérito inicialmente foi apresentado um consentimento informado onde foram expostos os objetivos e procedimentos do estudo, garantindo a confidencialidade, procedimentos de consentimento ou não consentimento de participação, métodos de tratamento dos dados e os contactos da equipa de investigação. Foi garantido o anonimato das respostas dado que não foram questionadas informações que diretamente pudessem identificar o/a participante (e.g., nome ou e-mail).

Quanto à divulgação deste estudo recorreu-se à criação de páginas nas redes sociais (Facebook e Instagram) de modo a garantir o anonimato e segurança dos/as investigadores/as. Para além disso, recorreu-se a métodos mais informais de recrutamento e divulgação através de contactos próximos da equipa de investigação, assim como a distribuição de *flyers* com códigos QR para aumentar o número de respostas. Inicialmente, como critérios de inclusão procuravam-se indivíduos que estivessem envolvidos em comunidades que promovessem ativamente discurso transfóbico, no entanto, devido a dificuldades no acesso a essa população flexibilizaram-se os critérios exigindo apenas que os/as participantes tivessem idades superiores aos 18 anos.

Relativamente à análise de dados foi utilizado o software *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM® SPSS®), versão 26.0 para Windows. Num primeiro momento foram realizadas análises descritivas para a caracterização da amostra e das variáveis em estudo. Posteriormente, foram realizadas análises de correlação entre todas as variáveis. Para além disso, recorreu-se também à macro *Process*, versão 4.1 (Hayes, 2021), de modo a testar as hipóteses de mediação/moderação.

De modo a garantir a qualidade dos dados, dos/as 150 participantes que responderam ao inquérito, foram excluídos os casos em que os/as participantes tinham respondido a menos de 70% do inquérito ou com mais de 4 respostas omissas para as variáveis centrais para o estudo, o que resultou numa amostra final de 89 participantes.

Resultados

Análise de dados

Os dados descritivos das variáveis em estudo encontram-se representados na Tabela 1.

Tabela 1. *Médias e Desvios-Padrão das variáveis*

	<i>N</i>	<i>Min</i>	<i>Max</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Total da Amostra (N=89)					
IIC	89	21.00	101.00	66.27	15.34
Mecanismos de Defesa	89	1.61	7.89	4.22	1.16
Clivagem	89	1.00	9.00	3.66	2.24
Racionalização	89	1.75	9.00	5.13	1.42
Controlo onnipotente	89	1.00	9.00	4.60	2.00
Projeção	89	1.00	9.00	3.18	1.98
Passagem ao Ato	89	1.00	9.00	3.49	1.96
Negação	89	1.00	9.00	4.78	1.60
Essencialismo	89	1.00	6.82	2.75	1.19
Binarismo	89	1.00	5.60	2.31	.90
Dominância Social	89	16.00	83.00	28.63	13.39

Transfobia	89	1.00	5.25	1.31	.74
------------	----	------	------	------	-----

N = Participantes; Min = Mínimo; Max = Máximo; M = Média; DP = Desvio-Padrão.

Análises de correlação

De modo a testar as hipóteses de 1 e 2, foram realizadas análises de correlação entre as variáveis em estudo.

Observa-se uma correlação positiva entre a IIC e a clivagem ($r = .38, p < .001$), o essencialismo ($r = .22, p = .037$), o binarismo ($r = .35, p = .001$). Não se verifica associação entre a IIC e a racionalização ($r = .173, p = .11$).

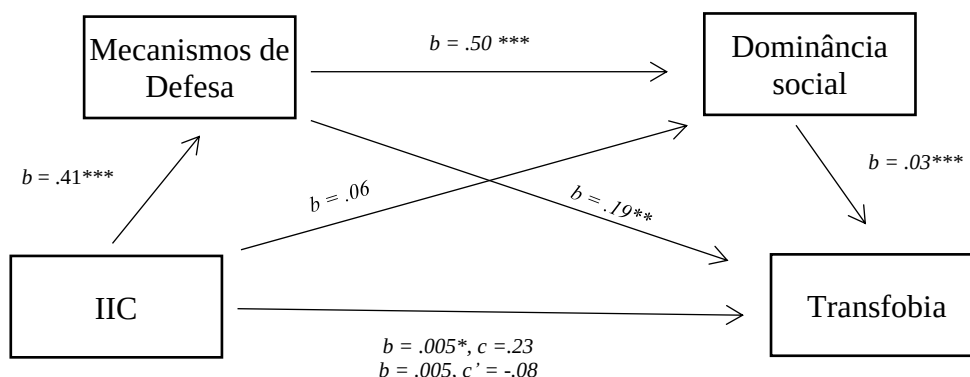
Verifica-se que existe uma correlação positiva e forte entre a transfobia e binarismo ($r = .66, p < .001$), dominância social ($r = .61, p < .001$), mecanismos de defesa ($r = .52, p < .001$), e essencialismo ($r = .588; p < .001$), e fraca quanto à IIC ($r = .24, p = .02$). Quanto aos mecanismos de defesa individuais, todos se encontram relacionados com a transfobia - clivagem ($r = .38, p < .001$), passagem ao ato ($r = .35, p = .001$, controlo onipotente ($r = .32, p = .003$) e racionalização ($r = .24, p = .02$).

Análises de Moderação e Mediação

De modo a testar H3 – *Espera-se que a associação entre IIC e transfobia seja mediada pelos mecanismos de defesa e dominância social* – foram realizadas análises de mediação dupla (como representado na Figura 1). O modelo é significativo e explica 43.2% da variância ($R^2 = .432, F(3,85) = 21.57, p < .001$). Confirma-se que a IIC prediz significativamente os dois mediadores, defesas ($b = .41, SE = .007, p < .001, CI [.0267-.0555]$) e dominância social, sendo que o efeito da IIC na DS acontece através dos mecanismos de defesa ($b = .50, SE = 1.17, p < .001, CI [3.1523, 7.8132]$), mostrando-se o efeito direto não significativo ($b = .06, SE = .09, p = .51, CI [-.1227, .2463]$). Como preditores significativos da transfobia, verificam-se as defesas ($b = .19, SE = .065, p < .01, CI [.0655, .3233]$) e a dominância social ($b = .03, SE = .005, p < .001, CI [.0149, .0360]$). O efeito direto da IIC perde significância na presença destes mediadores ($b = -.004, SE = .005, p = .41, CI [-.0129, .0053]$), pelo que se verifica uma mediação total. A análise dos efeitos indiretos permite verificar dois caminhos significativos, um com as defesas enquanto mediador ($b = .02, SE = .007, CI [.0034, .0292]$) e um segundo de dupla

mediação que inclui os mediadores defesas e dominância social ($b = .006$, $SE = .004$, $CI [.0008, .0137]$). Acresce que o efeito indireto verificado apenas através da dominância social não é significativo ($b = .002$, $SE = .002$, $CI [-.0037, .0064]$).

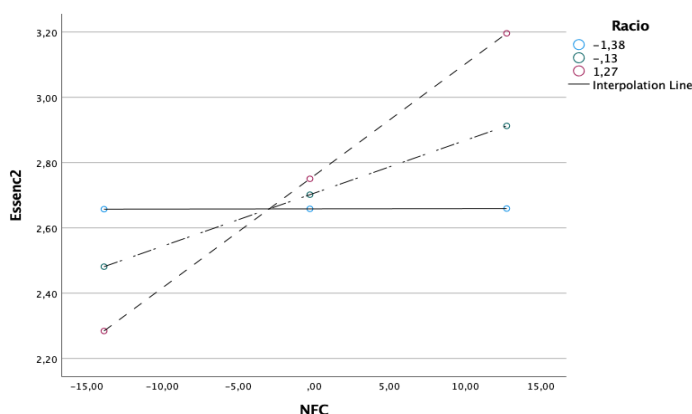
Figura 1. Representação gráfica de H3



De modo a testar H4 “espera-se que a associação entre a IIC e essencialismo e binarismo seja moderada pela clivagem e racionalização” foi necessário recorrer a análises de moderação. Esta foi realizada testando-se separadamente o efeito da moderação entre a racionalização, a IIC e essencialismo e o binarismo, IIC e clivagem (figura 2.).

O primeiro modelo correspondente à interação entre a IIC, essencialismo e racionalização demonstra-se estatisticamente significativo, com este a explicar 13,13% da variância ($R^2 = .3524$, $F(3,85) = 8.16$, $p < .001$). Neste caso, a IIC prediz o essencialismo ($b = .018$, $SE = .008$, $CI [.0021, .0337]$) e a interação entre o moderador e o preditor (IIC) foi significativa ($b = .013$, $SE = .005$, $CI [.0063, .0038]$) com a racionalização ($b = .038$, $SE = .08$, $CI [-.1330, .2095]$). A análise dos efeitos condicionais permite identificar que o efeito de interação é significativo nos níveis médio e alto de racionalização. Através da interpretação do gráfico (gráfico 1.), observamos um elevado recurso à racionalização faz aumentar a associação entre a IIC e o essencialismo, ao passo que no caso da baixa racionalização a IIC parece não resultar no aumento das crenças essencialistas.

Gráfico 1. Representação gráfica das interações entre a racionalização,



Quanto ao segundo modelo é possível observar que tanto a IIC prediz o binarismo ($b = .013$, $SE = .006$, $CI [.0005, .0254]$), como a clivagem ($b = .105$, $SE = .042$, $CI [.0218, .1887]$), mas o efeito de interação entre a IIC e a clivagem não se demonstrou globalmente significativo ($b = .002$, $SE = .002$, $CI [-.0017, .0062]$). No entanto, após a observação dos efeitos condicionais observa-se que quando a clivagem atinge um nível moderado (efeito = $.01$, $SE = .006$, $p = .049$, $CI [.0000, .0252]$) e elevado (efeito = $.17$, $SE = .007$, $p = .01$, $CI [.0041, .0301]$) a interação se torna significativa. Ou seja, através da interpretação do gráfico (gráfico 2.), observamos que à medida que a IIC aumenta, também aumenta o binarismo e clivagem. Acresce que o efeito da IIC no binarismo é significativamente amplificado pela clivagem, no caso dos níveis médios e elevados de recurso a este mecanismo de defesa.

Figura 2. Representação gráfica de H4

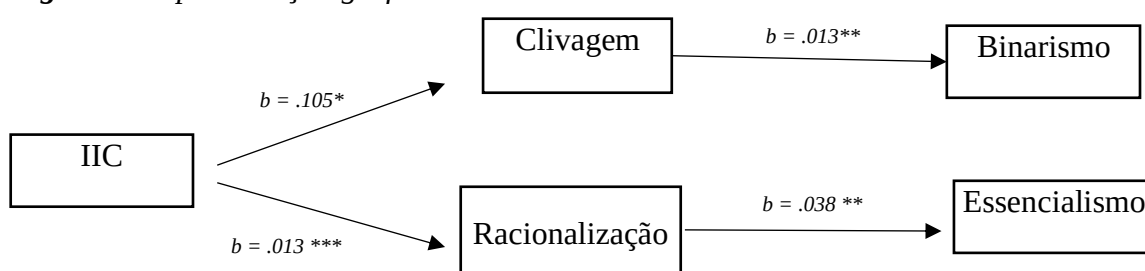
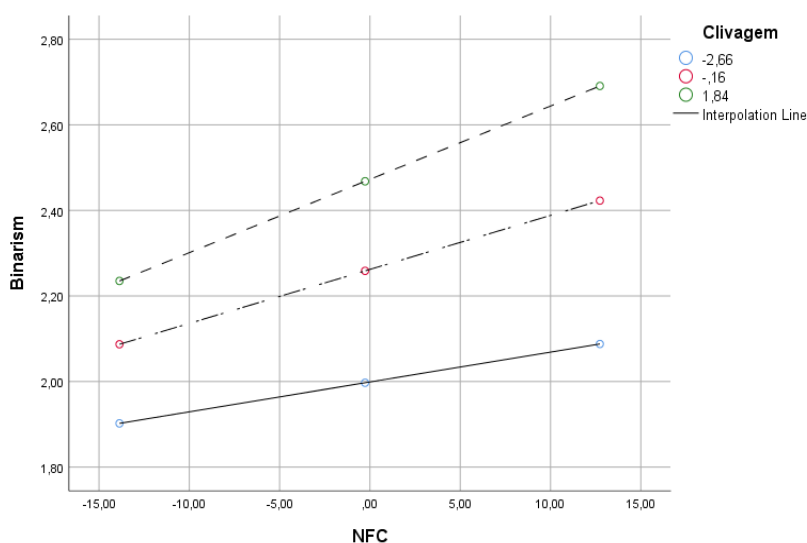


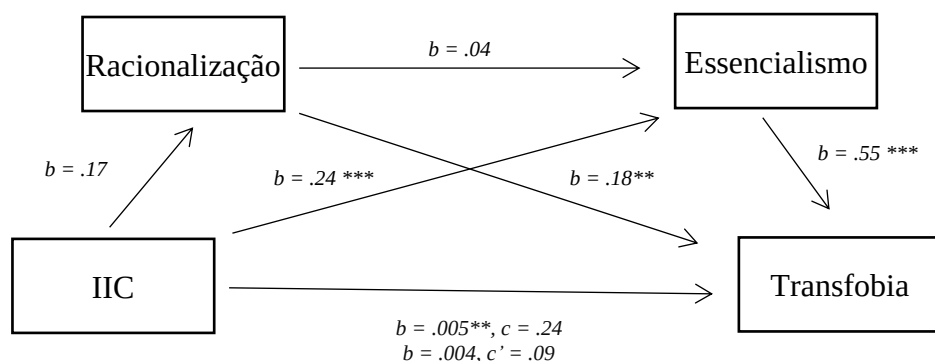
Gráfico 2. Representação gráfica das interações entre binarismo,



De modo a testar H5 “*Espera-se que a relação entre IIC e transfobia seja mediada pela clivagem e binarismo, racionalização e essencialismo*” foi necessário recorrer a análises de mediação dupla.

Quanto ao modelo relativo ao efeito mediador da racionalização e do essencialismo na associação entre a IIC e a transfobia (figura 3), verifica-se que embora este seja significativo e capaz de explicar 38,94% da variância ($R^2 = .389$, $F(3,85) = 18.07$, $p < .001$), não estão cumpridas as condições para uma mediação. Embora se verifique que a IIC prediz o essencialismo ($b = .24$, $SE = .005$, $p = .02$, $CI [.0017, .0209]$) e que a racionalização ($b = .18$, $SE = .045$, $p = .04$, $CI [.0048, .1827]$) e o essencialismo ($b = .55$, $SE = .05$, $p < .001$, $CI [.2362, .4504]$) predizem a transfobia, a IIC não prediz significativamente a racionalização ($b = .17$, $SE = .01$, $p = .11$, $CI [-.0034, .0353]$) e a racionalização não prediz o essencialismo ($b = .04$, $SE = .09$, $p = .069$, $CI [-.1422, .2136]$). Verifica-se ainda que nenhum dos efeitos indiretos é significativo. Deste modo, a mediação dupla não se confirma.

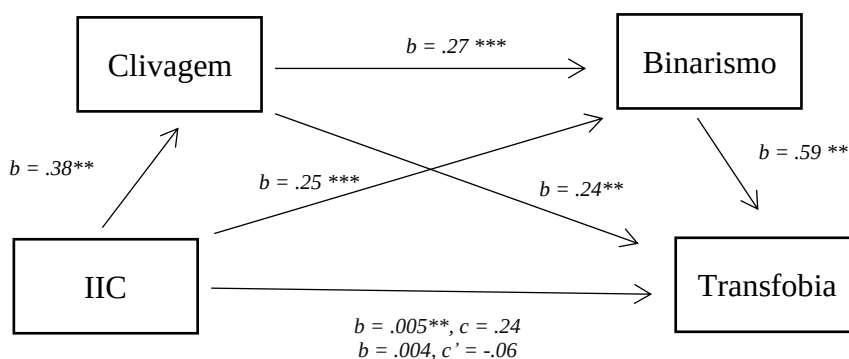
Figura 3. Representação gráfica de H5 com mediadores: racionalização e essencialismo



O modelo com os mediadores clivagem e binarismo é significativo e explica 47.7% da variância na transfobia ($R^2 = .477$, $F(3,85) = 25.85$, $p < .001$). Verificou-se que a IIC prediz significativamente a clivagem ($b = .38$, $SE = .02$, $p = .003$, $CI [.0259, .0837]$) e que a IIC ($b = .25$, $SE = .006$, $p = .02$, $CI [.0023, .0267]$) e a clivagem ($b = .27$, $SE = .04$, $p = .01$, $CI [.0261, .1927]$) predizem significativamente o binarismo. A transfobia é também predita por ambos os mediadores: binarismo ($b = .59$, $SE = .07$, $p < .001$, $CI [.3413, .6251]$) e clivagem ($b = .24$, $SE = .03$, $p = .008$, $CI [.0210, .1355]$), mas não pela IIC ($b = -.05$, $SE = .004$, $p = .52$, $CI [-.0110, .0056]$). O efeito total entre a IIC e a transfobia foi significativo ($b = .24$, $SE = .005$, $p = .02$, $CI [.0016, .0214]$), mas perdeu o efeito direto após a entrada dos mediadores ($b = -.003$, $SE = .004$, $p = .52$, $CI [.0056, -.0563]$). Verificam-se efeitos indiretos estatisticamente significativos a nível da clivagem ($b = .09$, $SE = .05$, $CI [.0113, .2063]$), do binarismo ($b = .15$, $SE = .07$, $CI [.0094, .02656]$) e da

dupla mediação pela clivagem e binarismo ($b = .06$, $SE = .04$, $CI [.0028, .1476]$). Ou seja, estamos perante uma mediação total.

Figura 4. Representação gráfica de H5 com mediadores: clivagem e binarismo



Discussão

Nos últimos anos tem havido um fluxo crescente de estudos e debates relativos à comunidade LGBTQIA+ e às suas experiências na sociedade atual. No entanto, parte significativa destes foca-se nas experiências de vitimização de pessoas LGBTQIA+. Considerando que para efetivamente apoiar as vítimas, é também essencial compreender o racional dos/as agressores/as, este estudo foca-se na perspetiva dos/as agentes de transfobia. Isto torna-se principalmente importante tendo em consideração as lacunas na literatura relativas a este tópico, principalmente no que diz respeito ao envolvimento de mecanismos de defesa.

Os resultados deste estudo demonstraram que a IIC, o essencialismo, o binarismo, a dominância social e os mecanismos de defesa estão no seu conjunto associadas à transfobia. Para além disso, também foi possível comprovar que os mecanismos de defesa e a dominância social medeiam a associação entre a IIC e transfobia, que a racionalização modera a relação entre a IIC e crenças de género essencialistas e que a clivagem modera a relação entre a IIC e o binarismo. Por fim, observa-se que tanto o essencialismo, a clivagem e o binarismo são preditores da transfobia e medeiam totalmente a associação entre a IIC e transfobia.

Os resultados vão de encontro da literatura, verificando-se que níveis superiores de IIC estão associados a níveis superiores de clivagem, racionalização, essencialismo, binarismo e que níveis superiores de IIC, essencialismo, binarismo, dominância social e mecanismos de defesa estão associados a níveis superiores de transfobia. A investigação

realça uma série de fatores que podem resultar na transfobia e dentro destes realçam-se percepções essencialistas e binaristas do género e a IIC (Aguirre-Sánchez-Beato, 2020; Rad, 2019; Morgenroth et al., 2021; Tebbe & Moradi, 2012; Makwana et al., 2017; Platt & Szoka, 2021). Os resultados deste estudo mostram que o binarismo, o essencialismo e a IIC estão associados à transfobia, o que parece sugerir que pessoas que percecionam o género como algo estritamente biológico, imutável e ligado à dicotomia homem-mulher apresentam maior tendência para a transfobia, na medida em que a existência de pessoas trans conflitua diretamente com a sua percepção da organização e funcionamento da sociedade e dos papéis de género. A literatura revela também que a elevada IIC resulta em baixos níveis de abertura a novas experiências e numa preferência em manter crenças definidas e rígidas sobre o mundo (Makwana et al., 2017), o que pode também explicar os resultados, na medida em que a IIC pode ser, mais uma vez, ameaçada pelas pessoas trans, cuja identidade e aparência desafiam a rigidez do seu sistema de crenças.

Outros fatores como a dominância social e os mecanismos de defesa (Anzani et al., 2018; Prunas et al., 2017) também se apresentam associados à transfobia. Todos os mecanismos de defesa escolhidos para este estudo - clivagem, racionalização, passagem ao ato e controlo onipotente - mostraram-se individualmente e também globalmente associados à transfobia. Com base na literatura e na proximidade conceptual entre os construtos, anteciparam-se continuidades quer entre a clivagem e a IIC quer entre a dominância social e o controlo onipotente. A clivagem e IIC têm em comum a intolerância à ambivalência (Magaldi & Berler, 2020) e neste estudo foi possível confirmar que estes construtos estão, de facto, associados à transfobia. Verificando-se o mesmo em relação ao controlo onipotente e a dominância social. Considerando a relação entre estes construtos, procurou-se então compreender se esta consistência também se mantinha quando se tentava procurar associações com o essencialismo e binarismo. Aqui verificou-se que a dominância social e IIC estavam relacionados com o essencialismo e que todos os construtos se encontravam relacionados com o binarismo.

Esperava-se também uma associação entre IIC e transfobia e que esta fosse mediada pelos mecanismos de defesa e dominância social (hipótese 3). Os resultados obtidos revelam que a IIC está associada à transfobia por via de uma mediação dupla através dos mecanismos de defesa e da dominância social. O que sugere que pensamentos mais rígidos e inflexíveis tendem a estar associados a ideologias mais transfóbicas, através

quer do recurso a mecanismos de defesa quer de atitudes de dominância social. O conceito de um género que transgride a norma binária e tradicional parece fazer ativar, em pessoas com elevados níveis de IIC, mecanismos de defesa como forma de proteger o seu sistema de crenças, interpretando pessoas trans como uma ameaça para a sua visão do mundo (Ciocca et al., 2015) e colocam-se então numa posição de superioridade moral e, portanto, de dominância social como forma de justificar o seu preconceito. Os resultados da mediação revelam ainda que efeito da IIC e da dominância social na transfobia depende dos mecanismos de defesa. A IIC mostra predizer a transfobia por duas vias, através dos mecanismos de defesa e excluindo a dominância social e através de um efeito que combina os dois mediadores, o que sugere que a transfobia pode existir como manifestação de IIC e de defesas que a mantêm, mesmo na ausência de atitudes de dominância social, o que é consistente com a literatura (Anzani et al., 2018; Ciocca et al., 2015; Prunas et al., 2017).

Tal como se esperava (hipótese 4), foi possível comprovar que a racionalização modera a relação entre a IIC e crenças de género essencialistas e que a clivagem modera a relação entre a IIC e o binarismo. Estes resultados permitem concluir que a clivagem intensifica o efeito IIC resultando em crenças mais binaristas relativamente ao género, demonstrando uma visão do mundo mais clivada estritamente entre a dicotomia homem-mulher. De forma semelhante, também a racionalização intensifica o efeito da IIC no pensamento sobre o género permitindo justificar crenças essencialistas.

Por fim, neste estudo procurou-se compreender se a relação entre IIC e transfobia era mediada pelas associações entre clivagem e binarismo e entre racionalização e essencialismo (hipótese 5). Verificou-se que quer o essencialismo e a racionalização quer a clivagem e o binarismo são preditores da transfobia. Verifica-se ainda que no segundo caso os dois preditores medeiam totalmente a associação entre IIC e transfobia. O conjunto dos resultados vai ao encontro da literatura e evidência prévia e permite concluir que pessoas com elevada IIC adotam mecanismos de defesa para clivar e manter a sua perspetiva sobre o género e suportar as suas crenças binárias e essencialistas, como forma de justificar a transfobia. Estes resultados permitem assim expandir o conhecimento atual sobre os racionais e processos cognitivos por detrás da transfobia, através da inclusão dos mecanismo de defesa e da compreensão dos seus contributos específicos.

Tal como todos outros estudos, este estudo não é livre de limitações. Um dos primeiros pertencendo à amostra obtida. Mais em particular, no que diz respeito ao seu

tamanho e características, sendo que a maioria é LGBTQIA+. Inicialmente este estudo tinha como objetivo estudar a transfobia dentro de uma população mais conservadora e cis-heteronormativa no entanto, devido a várias dificuldades em aceder a esta população, foi necessário abrir este estudo a um público mais geral, resultando incidentalmente nesta amostra. Seria então relevante obter respostas que incluíssem pessoas com identidades mais cis-heteronormativas, no entanto, é importante reconhecer que pessoas LGBTQIA+ também não são isentas de atitudes e pensamentos transfóbicos, tal como se verifica com a existência de, por exemplo, a *LGB alliance*, que perceciona pessoas trans como uma ameaça para a comunidade. Um estudo realizado por Warriner, Nagoshi e Nagoshi (2013) procurou encontrar os correlatos de transfobia e encontrou que, embora pessoas LGBTQIA+ apresentem de modo geral níveis ligeiramente inferiores de transfobia que os seus pares heterossexuais, estes apresentavam semelhanças no que diz respeito aos preditores da transfobia - sendo que homens homossexuais apresentavam níveis superiores de transfobia que mulheres lésbicas. Outra limitação ao efeito da desejabilidade social. Como este é um estudo focado em temas sociais, os/as participantes podem *cair* mais facilmente na desejabilidade social, sendo importante incluir medidas para controlar este efeito *parasita*, como por exemplo, a inclusão de uma escala de desejabilidade social. Para além disso poder-se-ia ter incluído itens de verificação da atenção de modo a facilitar a exclusão dos/as participantes que revelassem baixo envolvimento com o preenchimento das medidas.

Quanto às implicações práticas para a intervenção, combater diretamente a transfobia pode demonstrar-se como uma tarefa complexa. Como se verifica na literatura, a IIC é uma característica de personalidade caracterizada pela sua estabilidade e dificuldades na aquisição de informação contrária àquela previamente adquirida (Van Hiel, 2011). Como tal, torna-se complicado mudar as atitudes de pessoas com níveis mais elevados de IIC pois estes tendem a manter-se mais estáveis ao nível das suas atitudes, principalmente perante o efeito da dominância social e mecanismos de defesa como modo de preservar a sua perceção da realidade. No entanto, a literatura demonstra extensivamente que intervenções focadas na exposição de grupos de indivíduos com outros aumentam os seus níveis de familiaridade, resultando em mudanças de atitudes positivas a longo prazo (Walch et al., 2012). Para além disso, a destigmatização, exposição e educação contínua das populações mais jovens para com a comunidade LGBTQIA+, tanto através de pares, como de discussões sobre género e sexualidade em ambientes escolares formais, poderão

resultar na diminuição do fenómeno da transfobia. Para estudos futuros considero que seja importante a sua replicação com uma amostra mais extensa, e talvez de natureza mais longitudinal, de modo a testar este fator de estabilidade da IIC. Para além disso, a sua replicação poderá também aprofundar a relação da transfobia com os mecanismos de defesa de negação, projeção e controlo onipotente de modo a se poderem desenhar mais conclusões.

Referências

- Aguirre-Sánchez-Beato. S. (2020). Explaining transphobia and discrimination against trans people: a review of theoretical approaches. *Psicologia & Sociedade*. 32. 1-17.
<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32190274>
- Anzani. A.. Di Sarno. M.. Sacchi. S.. & Prunas. A. (2018). Maladaptive personality traits. defense mechanisms. and trans-negative attitudes. *International Journal of Transgenderism*. 19(4). 456–465. <https://doi.org/10.1080/15532739.2018.1478759>
- Austin. A.. & Goodman. R. (2017). The Impact of Social Connectedness and Internalized Transphobic Stigma on Self-Esteem Among Transgender and Gender Non-Conforming Adults. *Journal of Homosexuality*. 64(6). 825–841.
<https://doi.org/10.1080/00918369.2016.1236587>
- Bandini, E., & Maggi, M. (2014). *Transphobia BT - Emotional, Physical and Sexual Abuse: Impact in Children and Social Minorities* (G. Corona, E. A. Jannini, & M. Maggi (eds.); pp. 49–59). Springer International Publishing.
https://doi.org/10.1007/978-3-319-06787-2_4
- Carrera-Fernández. M. V.. Almeida. A.. Cid-Fernández. X. M.. Vallejo-Medina. P.. & Rodríguez-Castro. Y. (2020). Patrolling the Boundaries of Gender: Beliefs. Attitudes and Behaviors Toward Trans and Gender Diverse People in Portuguese Adolescents. *International Journal of Sexual Health*. 32(1). 40–56.
<https://doi.org/10.1080/19317611.2019.1701170>
- Ching, B. H. H., Xu, J. T., Chen, T. T., & Kong, K. H. C. (2020). Gender Essentialism, Authoritarianism, Social Dominance Orientation, and Filial Piety as Predictors for

- Transprejudice in Chinese People. *Sex Roles*, 83(7–8), 426–441.
<https://doi.org/10.1007/s11199-020-01123-3>
- Ciocca, G., Tuziak, B., Limoncin, E., Mollaioli, D., Capuano, N., Martini, A., Carosa, E., Fisher, A. D., Maggi, M., Niolu, C., Siracusano, A., Lenzi, A., & Jannini, E. A. (2015). Psychoticism, Immature Defense Mechanisms and a Fearful Attachment Style are Associated with a Higher Homophobic Attitude. *The journal of sexual medicine*, 12(9), 1953–1960. <https://doi.org/10.1111/jsm.12975>
- Coleman, J. M., & Hong, Y. Y. (2008). Beyond nature and nurture: The influence of lay gender theories on self-stereotyping. *Self and Identity*, 7(1), 34–53.
<https://doi.org/10.1080/15298860600980185>
- Di Giuseppe, M., Gennaro, A., Lingiardi, V., & Perry, J. C. (2019). The Role of Defense Mechanisms in Emerging Personality Disorders in Clinical Adolescents. *Psychiatry (New York)*, 82(2), 128–142. <https://doi.org/10.1080/00332747.2019.1579595>
- Diamond, L. M. (2020). Gender Fluidity and Nonbinary Gender Identities Among Children and Adolescents. *Child Development Perspectives*, 14(2), 110–115.
<https://doi.org/10.1111/cdep.12366>
- Ekehammar, B., & Akrami, N. (2003). The relation between personality and prejudice: A variable and a person-centred approach. *European Journal of Personality*, 17(6), 449–464. <https://doi.org/10.1002/per.526>
- Farmer, L. B., & Byrd, R. (2015). Genderism in the LGBTQIA Community: An Interpretative Phenomenological Analysis. *Journal of LGBT Issues in Counseling*, 9(4), 288–310. <https://doi.org/10.1080/15538605.2015.1103679>
- FRA. (2013). *EU LGBT Survey: Results At A Glance*. <https://doi.org/10.2811/37741>
- Garelick, A. S., Filip-Crawford, G., Varley, A. H., Nagoshi, C. T., Nagoshi, J. L., & Evans, R. (2017). Beyond the Binary: Exploring the Role of Ambiguity in Biphobia and Transphobia. *Journal of Bisexuality*, 17(2), 172–189.
<https://doi.org/10.1080/15299716.2017.1319890>

- Gaspar, A. (2010). Mecanismos de defesa e adaptação: estudos de validação para a população portuguesa do DSQ-40 e REM-71. <http://hdl.handle.net/10316/15428>
- Giger, J. C., Orgambídez-Ramos, A., Gonçalves, G., Santos, J., & Gomes, A. (2015). Evidências métricas da adaptação da Escala de Dominância Social numa amostra portuguesa. *Avaliacao Psicologica*, 14(1), 143–151. <https://doi.org/10.15689/ap.2015.1401.16>
- Hill, D. B., & Willoughby, B. L. B. (2005). The Development and Validation of the Genderism and Transphobia Scale. *Sex Roles*, 53(7), 531–544. <https://doi.org/10.1007/s11199-005-7140-x>
- Hubbard, L. (2020). Online Hate Crime Report: Challenging online homophobia, biphobia and transphobia. London: Galop, the LGBT+ anti-violence charity. Available at: http://www.galop.org.uk/wp-content/uploads/Online-Crime-2020_0.pdf
- ILGA (2020). *Relatório Anual 2019: Discriminação Contra Pessoas LGBTQIA+*
- Kopetz, C. E., & Fishbach, A. (Eds.). (2017). The Motivation-cognition Interface: From the Lab to the Real World: a Festschrift in Honor of Arie W. Kruglanski. *Routledge*.
- Kteily, N. S., Sidanius, J., & Levin, S. (2011). Social dominance orientation: Cause or “mere effect”? Evidence for SDO as a causal predictor of prejudice and discrimination against ethnic and racial outgroups. *Journal of Experimental Social Psychology*, 47(1), 208–214. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2010.09.009>
- Levitt, H. M., & Ippolito, M. R. (2014). Being Transgender: The Experience of Transgender Identity Development. *Journal of Homosexuality*, 61(12), 1727–1758. <https://doi.org/10.1080/00918369.2014.951262>
- Lindqvist, A., Sendén, M. G., & Renström, E. A. (2021). What is gender, anyway: a review of the options for operationalising gender. *Psychology and Sexuality*, 12(4), 332–344. <https://doi.org/10.1080/19419899.2020.1729844>
- Lips, H. M. (2020). Sex and gender: An introduction. *Waveland Press*.

- Luyten, P., Mayes, L. C., Blatt, S. J., Fonagy, P., & Target, M. (Eds.). (2015). *Handbook of psychodynamic approaches to psychopathology*. New York: Guilford Publications
- Magaldi, D., & Berler, M. (2020). Semi-structured Interviews. In *Encyclopedia of Personality and Individual Differences*. https://doi.org/10.1007/978-3-319-24612-3_857
- Makwana, A. P., Dhont, K., De keersmaecker, J., Akhlaghi-Ghaffarokh, P., Masure, M., & Roets, A. (2017). The Motivated Cognitive Basis of Transphobia: The Roles of Right-Wing Ideologies and Gender Role Beliefs. *Sex Roles*, 79(3–4), 206–217. <https://doi.org/10.1007/s11199-017-0860-x>
- Matsuno, E., & Budge, S. L. (2017). Non-binary/Genderqueer Identities: a Critical Review of the Literature. *Current Sexual Health Reports*, 9(3), 116–120. <https://doi.org/10.1007/s11930-017-0111-8>
- Morgenroth, T., Sendén, M. G., Lindqvist, A., Renström, E. A., Ryan, M. K., & Morton, T. A. (2021). Defending the Sex/Gender Binary: The Role of Gender Identification and Need for Closure. *Social Psychological and Personality Science*, 12(5), 731–740. <https://doi.org/10.1177/1948550620937188>
- Morselli, E., Frank, A. P., Santos, R. S., Fátima, L. A., Palmer, B. F., & Clegg, D. J. (2016). Sex and Gender: Critical Variables in Pre-Clinical and Clinical Medical Research. *Cell Metabolism*, 24(2), 203–209. <https://doi.org/10.1016/j.cmet.2016.07.017>
- Osborne, D., Satherley, N., Little, T. D., & Sibley, C. G. (2021). Authoritarianism and Social Dominance Predict Annual Increases in Generalized Prejudice. *Social Psychological and Personality Science*, 12(7), 1136–1145. <https://doi.org/10.1177/1948550620969608>
- Phadke, S., & Mitra, T. (2020). Many Faced Hate: A Cross Platform Study of Content Framing and Information Sharing by Online Hate Groups. *Conference on Human Factors in Computing Systems - Proceedings*. <https://doi.org/10.1145/3313831.3376456>

- Platt, L. F., & Szoka, S. L. (2021). Endorsement of Feminist Beliefs, Openness, and Mindful Acceptance as Predictors of Decreased Transphobia. *Journal of Homosexuality*, 68(2), 185–202. <https://doi.org/10.1080/00918369.2019.1651109>
- Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., & Malle, B. J. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(4), 741–763. doi:10.1037/0022-3514.67.4.741
- Prunas. A., Anzani. A., & Di Sarno. M. (2017). Social and Psychological Correlates of Transphobia. *The Journal of Sexual Medicine*. 14(5). 240. doi:10.1016/j.jsxm.2017.04.678
- Rad. M. S., Shackleford. C., Lee. K. A., Jassin. K., & Ginges. J. (2019). Folk theories of gender and anti-transgender attitudes: Gender differences and policy preferences. *PLoS ONE*. 14(12). 1–18. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0226967>
- Reis. M. I. C. S. dos. & Pilati. R. (2021). Need for Closure: Measure Adaptation to Brazil and Relation with Moral Foundations and Prosociality. *Trends in Psychology*. 29(1). 86–103. <https://doi.org/10.1007/s43076-020-00047-x>
- Roets, A., & Van Hiel, A. (2011). The role of need for closure in essentialist entitativity beliefs and prejudice: An epistemic needs approach to racial categorization. *British Journal of Social Psychology*, 50(1), 52–73. <https://doi.org/10.1348/014466610X491567>
- Roets. A., & Van Hiel. A. (2011). Allport's prejudiced personality today: Need for closure as the motivated cognitive basis of prejudice. *Current Directions in Psychological Science*. 20(6). 349–354. <https://doi.org/10.1177/0963721411424894>
- Schechter. L. S. (2020). *Gender Confirmation Surgery: Principles and Techniques for an Emerging Field*.
- Sidanius, J., Pratto, F., Van Laar, C., & Levin, S. (2004). Social dominance theory: Its agenda and method. *Political Psychology*, 25(6), 845–880. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2004.00401.x>

- Steiner, H., Araujo, K., & Koopman, C. (2001). The Response Evaluation Measure (REM-71): A new instrument for the measurement of defenses in adults and adolescents. *The American Journal of Psychiatry*, 158, 467-473.
- Stern, C., West, T. V., Rule, N. O., & Fiske, S. T. (2015). Conservatives negatively evaluate counterstereotypical people to maintain a sense of certainty. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 112(50), 15337–15342. <https://doi.org/10.1073/pnas.1517662112>
- Tebbe, E. N., & Moradi, B. (2012). Anti-transgender prejudice: a structural equation model of associated constructs. *Journal of Counseling Psychology*, 59(2), 251–261. <https://doi.org/10.1037/a0026990>
- Tee, N., & Hegarty, P. (2006). Predicting opposition to the civil rights of trans persons in the United Kingdom. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 16(1), 70–80. <https://doi.org/10.1002/casp.851>
- Teixeira, T., & Carneiro, N. S. (2018). Gozar os géneros: para uma escuta queer de não-binarismos de género. *Ex aequo*, (38), 129-145. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.38.09>
- Teixeira, T., Grave, R., Aires, R., & Pereira, C. G. (2021). Isto não é um glossário: in/definições de géneros e sexualidades.
- Unger, R. K. (1979). Toward a redefinition of sex and gender. *American Psychologist*, 34(11), 1085–1094. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.34.11.1085>
- Walch, S. E., Sinkkanen, K. A., Swain, E. M., Francisco, J., Breaux, C. A., & Sjoberg, M. D. (2012). Using Intergroup Contact Theory to Reduce Stigma Against Transgender Individuals: Impact of a Transgender Speaker Panel Presentation. *Journal of Applied Social Psychology*, 42(10), 2583–2605. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2012.00955.x>
- Walters, M. A., Paterson, J., Brown, R., & McDonnell, L. (2020). Hate Crimes Against Trans People: Assessing Emotions, Behaviors, and Attitudes Toward Criminal Justice

Agencies. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(21–22), 4583–4613.

<https://doi.org/10.1177/0886260517715026>

Warriner, K., Nagoshi, C. T., & Nagoshi, J. L. (2013). *Correlates of Homophobia, Transphobia, and Internalized Homophobia in Gay or Lesbian and Heterosexual Samples. Journal of Homosexuality*, 60(9), 1297–1314. doi:10.1080/00918369.2013.806177

Whitman, J. S., & Boyd, C. J. (2020). *Homework Assignments and Handouts for LGBTQ+ Clients - A Mental Health and Counseling Handbook. Routledge.*

Whyman, S. (2019). Investigating to what extent Need for Closure, Need for Cognition, and Gender Role Attitudes can predict Genderism and Transphobia. <https://e-space.mmu.ac.uk/id/eprint/623944>

Willoughby, B. L. B., Hill, D. B., Gonzalez, C. A., Lacorazza, A., Macapagal, R. A., Barton, M. E., & Doty, N. D. (2010). Who hates Gender outlaws? A multisite and multinational evaluation of the Genderism and Transphobia Scale. *International Journal of Transgenderism*, 12(4), 254–271. <https://doi.org/10.1080/15532739.2010.550821>